

Capital Social e Pobreza: implicações teórico empíricas para estudos de Programas de Renda Mínima

Carmelita Veneroso¹ e Ian Prates²

INTRODUÇÃO

A discussão acerca do conceito de “capital social” tem ganhado cada vez mais espaço nos debates que visam apontar causas e soluções do fenômeno da pobreza. Desta forma, pode ser – e de fato tem sido – utilizado na reflexão sobre políticas públicas.

Na maioria das vezes, o conceito de capital social é utilizado como categoria analítica que busca explicar de que forma indivíduos e coletividades têm acesso a recursos diferenciados na sociedade. Mais especificamente, busca compreender de que forma se articulam diferentes redes de relacionamento, podendo trazer benefícios individuais ou coletivos. Adotaremos aqui a perspectiva de James Coleman (1990), que propõe o capital social como recurso estrutural proveniente das relações sociais.

Neste trabalho analisamos, empiricamente, a relação entre capital social e pobreza em um território de alta vulnerabilidade social – bairro Jardim Teresópolis (Betim – MG). Com dados de pesquisa de *survey* realizada no bairro em 2006 buscamos apreender, a partir de análise estatística, o padrão que caracteriza a relação entre capital social e pobreza naquele território. Foi criado um modelo de regressão logística binária pra avaliar o efeito do capital social sobre a possibilidade das famílias superarem a linha de pobreza. A partir dos resultados, apontamos algumas considerações acerca de como o entendimento dessa relação pode ser útil para o estudo de políticas de renda mínima.

CAPITAL SOCIAL - TRADIÇÕES TEÓRICAS

Podemos dizer que a idéia de capital social encontra-se presente na teoria sociológica mesmo antes da formulação do conceito, em especial no pensamento de Durkheim, que salientou o papel da solidariedade na criação e manutenção da ordem social. Embora com divergências e distinções importantes, as diferentes concepções de capital social comungam de um pressuposto básico: capital social é um recurso que

¹ Mestranda em Sociologia pela UFMG

² Cientista social graduado pela UFMG

deriva das relações, sendo algo que decorre da sociabilidade e das interações estabelecidas entre os indivíduos e a partir do seu pertencimento a grupos sociais. As relações sociais constituem, portanto, a base de sustentação do capital social. Este é criado e mantido pela existência dessas relações e varia de acordo com seu tipo e intensidade. É ainda notório observar que, a despeito das variantes na formulação do conceito, podemos identificar um aspecto geral comum a todos eles: a imersão de indivíduos em redes sociais pode trazer benefícios de natureza diversa.

O conceito, no entanto, adquiriu formulação sistemática pela primeira vez na sociologia contemporânea na obra de Pierre Bourdieu, que define o capital social como “o agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo” (Bourdieu, 1958, p. 248, *in Portes, 1998, p. 134*). Em Bourdieu a idéia de capital social surge junto com a de capital cultural e simbólico, na tentativa de superar o restrito foco da teoria econômica ortodoxa que fixa sua atenção apenas no capital econômico e humano, desconsiderando outras formas de trocas sociais (Higgins, 2005). Como as outras formas de capital, o capital social é tratado como recurso individual, passível de ser utilizado e instrumentalizado por aquele que o detém. Ou seja, embora se origine a partir de uma rede relacionamentos, é um atributo individual que permite o acesso a recursos diferenciados não apenas de natureza econômica, mas também aqueles referente a *status* social – capital simbólico – e bens culturais – capital cultural. E este acesso não se dá pelo simples fato de pertencimento à rede, mas, mais do que isso, é necessário que o indivíduo a mobilize instrumentalmente de forma a atingir objetivos pré-definidos. Da mesma forma, a confiança nas relações sociais entre os membros da rede é fundamental na medida em que possibilita sua manutenção e fortalecimento, ao mesmo tempo em que torna possível o acesso aos recursos nela presentes. Portes (1998) chama atenção para o fato de que o capital social na perspectiva de Bourdieu pode ser decomposto em dois níveis: num primeiro momento, a própria relação social que permite ao indivíduo ter acesso aos benefícios de natureza distinta que os membros do grupo são detentores; e em segundo, a quantidade e a qualidade desses recursos. É importante também enfatizar a diferenciação apontada por Bourdieu no que tange às trocas de natureza econômica e aquelas originárias do capital social. Estas últimas se consolidam em horizontes temporais incertos e requerem a presença de confiança mútua e obrigações tácitas, embora estejam sempre sujeitas à quebra da expectativa da reciprocidade, diferentemente daquelas realizadas no âmbito do mercado. Prates *et alii*

(2007) criticam o conceito de Bourdieu por entenderem que ele se superpõe ao conceito de poder social já bastante difundido na teoria sociológica, na medida em que a participação em redes se constitui como um recurso potencial de poder ao possibilitar acesso diferenciado a recursos e realização de interesses individuais. Na mesma linha, a análise classista da perspectiva de Bourdieu torna improvável a constituição de redes inter-classes, ou mesmo relações “duráveis de conhecimento e reconhecimento mútuo” que realizassem a conexão entre redes constituídas em classes distintas. Esta constatação nos induz a concluir que, em Bourdieu, o capital social seria um recurso disponível apenas às classes privilegiadas, sendo contraditório atestar sua disponibilidade aos indivíduos das classes baixas, os quais são desprovidos de poder no interior da estrutura social. Portes, por outro lado, ressalta que a vantagem do conceito bourdieusiano em relação ao de Coleman, que veremos logo à frente, está no fato de que este permite uma maior diferenciação entre o conceito em si e os recursos adquiridos pelo seu uso.

Já mais próximo ao campo da sociologia política, encontramos em Robert Putnam uma tradição que Prates *et alii* definem como normativo-associativista. Devedor em grande medida do conceito de Coleman, Putnam também identifica o capital social como atributo da esfera coletiva.

Uma característica específica do capital social – confiança, normas e cadeias de relações sociais – é o fato de que ele normalmente constitui um bem público, ao contrário do capital convencional, que normalmente é um bem privado. (PUTNAM, 1996, p. 180)

Na obra que acabamos de citar (*Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*), Putnam realiza uma pesquisa de quase vinte anos onde identifica uma substancial diferença de desempenho das instituições políticas das três regiões da Itália (norte, centro e sul)³. A “chave” para a explicação desta diferença – que não pode ser buscada na configuração das instituições, dado que é a mesma em todo o país – o autor encontra no conceito de capital social, afirmando existir nas províncias do norte um maior estoque de capital social que nas províncias do sul. Sua pesquisa está em demonstrar o papel do capital social como facilitador na criação de uma cultura política centrada no civismo e no associativismo, o que o leva a associar o conceito ao de

³ As instituições das províncias do norte da Itália possuem um desempenho muito superior às do sul, e as do centro um desempenho intermediário. Para maiores detalhes ver Putnam (1996).

cultura cívica⁴, já bastante difundido na teoria política: “os sistemas de cultura cívica são uma forma essencial de capital social” (Putnam, 1996, p. 183). Para além disso, percebemos também um traço eminentemente normativo na definição do conceito, uma vez que o autor estabelece uma relação inevitável entre a presença de capital social e práticas culturais orientadas por um *ethos* cívico na busca pelo “bem comum”.

Coleman (1990) aporta uma visão distinta, e é na teoria das redes que encontramos os fundamentos que sustentam sua formulação. Nessa, em que se destaca o artigo de Granovetter (2007) *Ação econômica e estrutura social – o problema da imersão*, a ação individual não é vista nem como simples fruto do cálculo racional auto-interessado (concepção sub-socializada), tampouco como resultado mecânico do constrangimento estrutural (concepção super-socializada). Ambas, segundo Granovetter, nos apresentam uma abordagem atomizada do indivíduo, desconsiderando o contexto imediato em que os atores estão inseridos, a saber, as relações sociais com seus pares. “O argumento da imersão enfatiza, por sua vez, o papel das relações pessoais concretas e as estruturas (ou “redes”) dessas relações na origem da confiança e no desencorajamento da má fé”. (Granovetter, 2007, p. 10). A confiança, portanto, enquanto atributo indispensável à existência de capital social, surge como fruto das relações concretas estabelecidas pelos atores no interior das redes sociais. Para Coleman, o capital social também é um recurso que pode ser utilizado pelo indivíduo, mas que se encontra nas redes de relacionamento, sendo algo inerente a estrutura das relações sociais, sustentado por expectativas e obrigações de reciprocidade. Tem assim característica de um bem público, ou seja, todos que compõem a rede podem dele utilizar, mas não é passível de ser apropriado individualmente. O capital social, nesta perspectiva, se define pela sua função, sendo que esta consiste em “*facilitar a realização de objetivos que não poderiam ser alcançados em sua ausência ou que poderiam ser alcançados somente sob um alto custo*” (Coleman, 1990, p. 304; tradução nossa). Esta definição permite observar situações nas quais as ações dos indivíduos são facilitadas pelo fato destes estarem imersos em uma rede de relações sociais densa. A densidade das redes está relacionada tanto ao grau de proximidade e contato entre os indivíduos quanto ao grau de interdependência entre eles. São contextos onde, segundo Coleman, pode emergir no interior da estrutura seis diferentes formas de capital social: obrigações e expectativas; fontes e canais de informações potenciais; normas e sanções efetivas; relações de

⁴ Cultura cívica seria a “disposição dos indivíduos em participar de grupos, associações e ações coletivas que buscam objetivos socialmente positivos” (Almond & Verba, 1963, *in* Fialho, 2004, p. 33)

autoridade; organizações sociais apropriáveis; organização intencional. Todas essas formas facilitam a ação individual e tornam possível a mobilização da estrutura de relações pelo indivíduo (Fialho, 2004).

Embora seja crítico ao conceito de Coleman em grande medida, Portes afirma que um dos méritos dessa perspectiva está no conceito de *closure*, que diz respeito “à existência, entre um certo número de pessoas, de laços suficientes para garantir a observância de normas” (Portes, 2000, p. 137) . As críticas, por outro lado, apontam algumas limitações. A primeira diz respeito ao fato de que a forma como o conceito foi elaborado seria vago, abrindo caminho para que processos diferentes – e mesmo contraditórios – passassem a ser designados como “capital social”. Para Portes, o próprio Coleman deu início a esta proliferação, na medida em que inclui no corpo do conceito alguns dos mecanismos geradores do capital social (como as expectativas de reciprocidade e as normas grupais); suas conseqüências (como o acesso a informações diferenciadas); e a organização social como *locus* da realização de ambos.

Prates *et alii* (2007) apontam que se Putnam pode ser definido como pertencente a uma tradição normativo-associativista, em Coleman o que percebemos é uma perspectiva interacionista, que focaliza as relações sociais como aspecto essencial do conceito. Além desta vantagem, observamos uma neutralidade valorativa na sua definição, uma vez que Coleman não associa o conceito de capital social com práticas orientadas por valores “socialmente positivos”. A título de ilustração, não seria contraditório apontar, com base na definição de Coleman, existência de capital social em grupos os quais as práticas são consideradas como opostas a tais valores (redes de narcotráfico, grupos terroristas, ou mesmo a máfia italiana, por exemplo). Fialho (2004) aponta com clareza a vantagem teórica do conceito de Coleman:

Por tratar o capital social como um aspecto das relações sociais e não como um valor em si (como faz Putnam ao confundir os conceitos de capital social e civismo), Coleman advoga a neutralidade moral do termo, uma vez que o capital social é encarado como um recurso fornecido pela estrutura social e não como uma causa ou motivo para a ação individual ou coletiva. (Fialho, 2004:33-34)

O BAIRRO JARDIM TERESÓPOLIS⁵

O bairro Jardim Teresópolis contava no ano de 2006 com uma população aproximada de 30 mil habitantes e uma densidade populacional de 3563,1 habitantes/km². Atualmente, constitui uma das áreas mais carentes da cidade de Betim e a grande maioria das residências ainda se encontra em estado precário, sendo que 87,1% não têm regularização junto à prefeitura. No que se refere às condições de habitação e de infra-estrutura urbana, os dados são relativamente positivos, com um percentual baixo da população sem o atendimento de suas necessidades básicas de moradia.

Quanto à segurança alimentar, 11% dos domicílios já apresentou caso de desnutrição na família. Nos relatos sobre o tema, um morador disse que não passa fome porque "a galinha bota ovo todo dia". Uma moradora disse comer mingau todo dia e outro alegou que não tem com o que comprar comida, mas que diz "*ter fé em Deus de que Ele não permitiria que sua família passasse fome*". Outros disseram passar fome algumas vezes e ter o que comer na casa dos vizinhos. Embora essa questão não tenha sido quantificada, não são casos isolados e espelham uma vulnerabilidade fundamental, que diz respeito ao acesso ao alimento e a condições básicas de sobrevivência.

A percepção da violência também é alta entre os moradores. 73,5% já testemunharam crime, ou conhecem vítimas, ou têm medo de ir a algum lugar no bairro. Em mais de 62% dos questionários existiram relatos negativos sobre a violência no bairro, tráfico de drogas, áreas de circulação interdita, perigos e ameaças de se morar na região. A referência a brigas de gangues em função do tráfico de drogas foi constante. Habitantes de uma parte do território, por exemplo, não podem circular livremente em outra. Mais de 5% afirmaram ser proibido circular em determinados locais, e mais de 24% relataram risco de agressão e assalto como motivos para não circularem em áreas específicas.

Com relação ao vínculo e inserção no trabalho para os chefes de família em idade entre 15 e 65 anos, 11,8% estão desempregados e procuram emprego, enquanto que quase 3% estão desempregados e não procuram mais emprego. 64,1% trabalham, sendo

⁵ Os dados aqui apresentados acerca das características sócio-demográficas do bairro Jardim Teresópolis foram retirados do Relatório de Pesquisa "Pobreza e Vulnerabilidade no Jardim Teresópolis" FJP/2006. Neste relatório também é possível encontrar detalhadamente informações sobre a metodologia utilizada na pesquisa.

que desse total, 34% trabalham sem vínculo ou por conta própria e 66% trabalham com vínculo CLT. Quanto à renda, tem-se que para um total de 409 domicílios, 151 (36,9%) se encontravam abaixo e 258 (43,1%) se encontravam acima da linha de pobreza *per capita*⁶, sendo que a média da renda per capita é de R\$243,48.

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O FENÔMENO DA POBREZA

O Programa Bolsa Família foi criado pelo governo federal brasileiro em 2003, com o objetivo de unificar a gestão e a implementação de quatro (depois cinco) políticas de transferência de renda⁷ às famílias mais pobres do país. Uma das mudanças mais importantes desse processo foi a adoção de um sistema de cadastro nacional das famílias elegíveis a participarem de programas do governo federal, o CadÚnico, que permite uma melhor focalização dos programas. Atualmente, atende a um número aproximado de 11,7 milhões de famílias, como já mencionado.

O principal objetivo do programa é romper com a reprodução inter-geracional da pobreza através de transferências monetárias de renda às famílias que são classificadas como “pobres” ou “extremamente pobres”, permitindo assim um alívio imediato da pobreza, bem como o exercício de direitos sociais básicos nas áreas de educação e saúde. As condicionalidades para o recebimento dos benefícios se dão através da exigência de uma frequência escolar mínima dos jovens – 85% para os de 6 a 15 anos e 75% para aqueles entre 16 e 17 anos – da atualização do cartão vacinal, do acompanhamento das gestantes e, por fim, do acompanhamento de ações sócio-educativas para crianças em situação de trabalho infantil.

São três os tipos de benefício, cujos valores variam de R\$22,00 e R\$200,00:

- a) benefício básico – R\$ 68,00: transferido às famílias consideradas como “extremamente pobres”, independente da presença ou não de crianças ou gestantes no domicílio.
- b) Benefício variável – R\$22,00: transferido às famílias “pobres”, desde que tenham crianças com idade de até 15 anos. Cada família pode receber no máximo 3 benefícios deste tipo (máximo de R\$ 66,00)

⁶ Para estimar a LP, utilizou-se o mesmo critério utilizado pelo Programa Bolsa Família em 2006. Ou seja, famílias com renda per capita até R\$120,00 foram consideradas como “pobres”, e aquelas com renda per capita acima desse valor foram consideradas como “não pobres”.

- c) Benefício Variável vinculado ao adolescente (BVVA) – R\$ 33,00: transferido a todas as famílias do programa que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber até dois BVVA (R\$ 66,00).

Como mencionado, a classificação das famílias como “pobres” ou “extremamente pobres” de modo a torná-las participantes em potencial do programa segue única e exclusivamente o critério da renda familiar per capita. No entanto, a literatura que trata do fenômeno da pobreza apresenta inúmeras abordagens, tanto no que se refere à definição do conceito de “pobreza” como também na sua mensuração e nas conseqüentes alternativas para o seu enfrentamento.

Rocha (1998) defende que para contextos onde é alto o percentual da população urbana e com economia largamente monetizada, a variável renda, tendo como referência uma linha de pobreza, deve ser tomada como uma *proxy* do bem estar dos indivíduos e famílias. Para o Brasil, mais especificamente, a autora defende que “a abordagem de renda é relevante e adequada para o estabelecimento de um crivo básico entre pobres e não pobres (ou entre indigentes e não-indigentes)” (ROCHA, 1998 p. 66). A linha de pobreza (LP), por sua vez, pode ser determinada de maneira arbitrária (1U\$ ou 2U\$/dia, por exemplo), o que permite comparações internacionais, ou pode ser estabelecida a partir da observância das características sócio-econômicas, principalmente as relacionadas ao consumo, de indivíduos num dado contexto social. Este último procedimento requer a disponibilidade de dados populacionais para ser operacionalizado, o que no caso brasileiro não implica em dificuldade e de fato tem sido realizado, em função das PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar) e das POFs (Pesquisa Orçamentária Familiar).

A distribuição de despesas permite melhor captar a condição de vida das camadas de mais baixa renda. Em conseqüência, as melhores estimativas de pobreza são aquelas derivadas inteiramente dos dados de pesquisas de orçamentos familiares. (ROCHA, 1998, p. 59)

Esta visão, embora permita a mensuração do fenômeno da pobreza para grandes populações, foi e continua sendo duramente criticada. Uma das primeiras críticas partiu do enfoque das “necessidades básicas insatisfeitas”, para quem os “pobres” são as pessoas cujo consumo de bens e serviços não atinge ao mínimo necessário⁸. Este

⁷ Programa Bolsa Escola, Programa Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Programa Nacional de Acesso à Alimentação, PETI.

⁸ Pode-se dizer que o PBF adota esta perspectiva quando do enfrentamento da pobreza ao adotar condicionalidades que se dão no âmbito da educação e da saúde, mas não como critério de elegibilidade

“mínimo necessário” diz respeito aos serviços básicos de saúde, educação, transporte, habitação, dentre outros, mas também a processos de natureza psico-social, como participação, auto-estima e autonomia. Desta forma o conceito de pobreza é relativizado e a conseqüente condição de pobreza varia de acordo com o contexto social em que as pessoas se encontram inseridas. No entanto, embora tal perspectiva possa ser caracterizada como multidimensional e aponte para a inter-relação existente entre as diversas carências, ainda acaba por privilegiar os aspectos materiais da vida social, estabelecendo um limite de corte entre “pobres” e “não pobres” a partir de mínimos sociais.

Bronzo (2005) aponta que o grande divisor de águas nas perspectivas sobre o fenômeno da pobreza pode ser encontrado no trabalho de Amartya Sen, que define a pobreza como carência ou privação de capacidades. Nesse sentido, “pobres” seriam aqueles que “carecem de capacidades básicas para operarem no meio social, que carecem de oportunidades para alcançar níveis minimamente aceitáveis de realização, o que pode independer da renda que os indivíduos possuem” (Bronzo, p. 42). Os recursos monetários, nesse ponto de vista, são um meio para atingir o bem-estar, e não o bem-estar em si, dado que a renda pode permitir a realização de uma capacidade. Ou seja, o ponto central aqui é a capacidade, e não a renda, o que faz com que o eixo do enfoque seja o de pensar a ampliação das capacidades básicas para que as pessoas possam levar uma vida digna. Em outras palavras, se a perspectiva monetarista prioriza os recursos privados aos quais os indivíduos têm acesso, o enfoque das capacidades busca examinar a vida que os indivíduos podem ter, inserindo o aspecto da liberdade no centro da discussão. Esta abordagem, no entanto, ainda se limita a pensar o fenômeno sob a ótica individualista, na medida em que trata diretamente das capacidades que os indivíduos podem ter para o exercício da liberdade.

Um marco no estudo da pobreza surgiu a partir da adoção do conceito de “exclusão”, em especial a partir dos anos 80 na Europa, quando o conceito passa a ser vinculado a processos de instabilidade das relações sociais, mais especificamente dos vínculos entre os indivíduos e a sociedade, tomando como referência central a dimensão do trabalho. Fica claro, nessa perspectiva, a influência do pensamento durkheimiano, em especial a idéia de que a densidade dos laços sociais é de fundamental importância para a manutenção da coesão e da ordem. A categoria “trabalho” ganha relevância

central na medida em que passa a ser considerado como o principal mecanismo de sociabilidade para além dos grupos primários, ficando evidente que a condição de desemprego e de trabalho precário têm consequências para além da renda, enfraquecendo laços e redes sociais e provocando o isolamento. Gomá aponta que “la exclusión implica fracturas en el tejido social, la ruptura de ciertas coordenadas básicas de integración. Y, en consecuencia, la aparición de una nueva forma de escisión social en términos de dentro/fuera” (Gomá, 2004, p. 4).

Um autor central para este debate é Robert Castel, que concentra a sua análise na importância das trajetórias para a compreensão dos processos de exclusão, processo este que o autor define como *desfiliação*. Os “inúteis para o mundo”, nas palavras do autor, seriam aquelas “pessoas e grupos que se tornaram supranumerários diante da atualização das competências econômicas e sociais”. (Castel, p. 23). São, assim, produto de alterações que se dão no plano econômico (em especial no mundo do trabalho), mas vistos sob a ótica da questão social. Ou seja, a análise de Castel privilegia justamente as relações que articulam a situação de precariedade econômica com a instabilidade social, tornando-se central a idéia de *vulnerabilidade*, que seria a “uma zona intermediária, instável, que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade. (Castel, p. 24).

As dimensões econômica (estabilidade e regularidade no trabalho) e social (redes de sociabilidade primária – família, vizinhança e comunidade) configuram “quatro zonas”: i) integração: diz respeito a uma situação de emprego estável e relações sociais densas; ii) vulnerabilidade: fragilização das condições laborais e relacionais; iii) assistência: recebimento de benefícios públicos que evitam um “desligamento” econômico e social; iv) desfiliação, que se refere a uma situação de desemprego e perda dos laços sociais. A coesão social se dá, portanto, a partir do equilíbrio entre essas quatro zonas.

Um outro autor que merece ser destacado é Serge Paugam (2003), que analisa o processo de exclusão social a partir da atuação do Sistema de Proteção Social francês. Pode-se dizer que um dos grandes méritos do seu trabalho está em ultrapassar as condições objetivas que definem a condição de pobreza, retomando a tradição weberiana ao enfatizar o sentido e o significado que as pessoas atribuem à situação vivida. Mais do que isso, o autor se detém sobre a construção de identidades, *status* e resistência ao estigma daqueles que são designados como “pobres”, dimensões estas de forte potencial analítico na compreensão do fenômeno e do processo de

desqualificação/exclusão social.

Paugam diferencia três grupos que vivem este processo. O primeiro – os fragilizados – são aqueles que vivem recentemente uma situação de vulnerabilidade, sem emprego e renda, e que resistem em ser incorporados aos programas de proteção social. O segundo – os assistidos – já fazem parte e são até dependentes dos programas, se encontrando em uma situação de resignação frente à sua condição social. E por último – os marginalizados – que não se encontram mais sob assistência governamental, constituindo o último escalão da desqualificação social.

Cabe destacar que a desqualificação social é um processo de marginalização, de modo que a perspectiva temporal, combinada à dimensão relacional, ganha relevância na análise em questão. Em outras palavras, o processo depende dos padrões de sociabilidade vigentes num dado contexto, sendo a situação de exclusão definida a partir dos padrões de relação e ao mesmo tempo produto da configuração destas mesmas interações, de modo que a matriz do conceito se encontra alicerçada na natureza e na qualidade dos laços sociais. Retoma-se, aqui, as dimensões mais subjetivas da condição de pobreza – perda de auto-estima, identidades construídas, enfraquecimento dos laços sociais – como fatores de acentuada relevância na manutenção da ordem social e das redes de reciprocidade e solidariedade. Além disso, a introdução da dimensão temporal permite que a “exclusão” seja “vista como uma dinâmica e não como um estado, o que valoriza uma compreensão mais ampla do problema e envolve expectativas sobre o futuro” (Bronzo, p. 54).

A OPERACIONALIZAÇÃO DO CONCEITO CAPITAL SOCIAL

Observamos anteriormente que adotamos a perspectiva de que ele se manifesta via redes de cooperação e normas de reciprocidade, tal como apontado por Coleman (1990). Desta forma, foi criado por meio de análise fatorial um Índice de Capital Social para cada família⁹ a partir de três variáveis que indicam a densidade das relações entre seus vizinhos, o nível de confiança e de reciprocidade. As variáveis utilizadas na construção do índice foram:

1) Com que frequência você diria que as pessoas no bairro ajudam umas às outras (1 =

⁹ É importante ressaltar que embora o índice tenha sido mensurado para cada uma das famílias, supôs-se que aquelas imersas em contextos de alto capital social teriam mais chances de superar condições de pobreza que as famílias imersas em contextos de baixo capital social.

nunca ajudam; 2 = raramente ajudam; 3 = as vezes ajudam; 4 = quase sempre ajudam; 5 = sempre ajudam)

2) Quantos amigos no bairro você tem atualmente, fora a sua família (1 = nenhum; 2 = menos de 3; 3 = entre 3 e 5; 4 = mais de 5 até 10; 6 = mais de 10)

3) Se você precisar de algum dinheiro – em torno de R\$ 100 – com quantas pessoas no bairro você pode contar além dos seus familiares (1 = nenhuma; 2 = 1 ou 2; 3 = 3 ou 4; 4 = 5 ou 6; 5 = 7 ou mais).

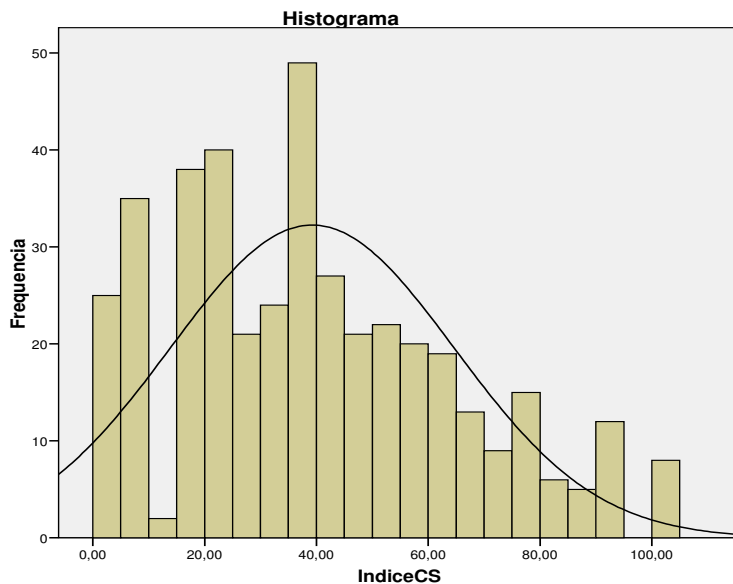
A tabela a seguir (matriz de componentes) apresenta os coeficientes ou pesos que correlaciona as variáveis com o fator(es). A análise fatorial resultou em apenas um fator:

Matriz de Componentes	
	Componente
	1
Variável 3	,793
Variável 2	,769
Variável 1	,693

Extraction Method: Principal Component Analysis.
a. 1 components extracted.

Matriz de Componentes (output SPSS)

O fator apresentou valor mínimo de -1,54, máximo de 2,39 e média de -1,38. Posteriormente, foi ajustado para uma escala entre 0 e 100, apresentando média de 39,24 e desvio padrão de 25,41. Abaixo temos um histograma do Índice:



Histograma da distribuição de frequência do Índice de Capital Social (output SPSS) Elaboração Propria

Hipótese de pesquisa: Mesmo controlando pela variável de escolaridade do chefe e pelo número de moradores no domicílio, famílias que se encontram em contextos de alto capital social têm maiores chances de superar condições de pobreza do que as famílias que se encontram em contextos de baixo capital social.

Variável dependente: variável indicadora *dummy*, em que:

0 = famílias com renda *per capita* abaixo ou igual à linha de pobreza do PBF (R\$ 120,00).

1 = famílias com renda *per capita* superior à linha de pobreza do PBF.

Variáveis independentes:

- escolaridade do chefe (em anos)
- gênero do chefe: indicadora, em que 0 = feminino e 1 = masculino
- se o chefe trabalha: indicadora, em que 0 = não trabalha e 1 = trabalha
- idade do chefe (em anos)
- idade do chefe ao quadrado (idade2)
- se alguém na família recebe algum tipo de aposentadoria ou benefício do governo; indicadora, em que: 0 = não e 1 = sim.
- Capital Social: Índice de Capital social (valores entre 0 e 100)

O modelo: $\ln[P(\text{acima da LP} = 1) / (1 - P(\text{acima da LP} = 1))] = \beta_0 + \beta_1 (\text{Índice CS}) + \beta_2 (\text{idade do chefe}) + \beta_3 (\text{idade do chefe}^2) + \beta_4 (\text{escolaridade do chefe}) + \beta_5 (\text{gênero do chefe}) + \beta_6 (\text{trabalha}) + \beta_7 (\text{aposentadoria/benefício})$

Resultado do modelo de regressão logística - Jardim Teresópolis 2006			
Variáveis	B	Sig.	%
Índice CS	0,014	0,007	1,4
Idade do chefe	0,115	0,007	12,2
Idade2	-0,001	0,06	-0,1
Escolaridade do chefe	0,124	0,005	13,2
Gênero do chefe	-0,107	0,693	-10,1
Trabalha	1,976	0	621,6
Aposentadoria/Benefício	1,233	0,001	243,1
Constante	-4,885	0	
Nagelkerke R2		0,301	
Cox e Snell R2		0,22	
N		409	

Fonte: Pesquisa Pobreza e Desigualdade no Jardim Teresópolis – 2006. Dados trabalhados pelos autores.

Os resultados da regressão logística nos permitiram afirmar que o fato da família se encontrar imersa em contextos de alto capital social aumenta sua chance de superação das condições de pobreza, o que confirmou a hipótese a 1% de significância estatística ($p = 0,00; < 0,01$). O aumento de 1 ponto no índice de capital social eleva em 1,4% as chances de a família superar a LP. A título de ilustração temos, por exemplo, que uma família com Índice = 80 – ou seja, imersa em contexto de alto capital social – tem 112% a mais de chance de superar a LP que uma família com Índice = 0 – contexto de capital social “inexistente” – e 84% a mais de chance do que uma família com Índice = 20 – imersa em contexto de baixo capital social.

Percebemos assim que o capital social tem uma grande influencia sobre as possibilidades de uma família superar a linha de pobreza. No entanto, acreditamos também que esta superação se dá de forma marginal e que o fato de uma família se encontrar em contexto de alto capital social no interior de uma comunidade vulnerável e estigmatizada como o Jardim Teresópolis pouca influencia tem sobre as possibilidades

da família superar em larga escala a linha de pobreza. A tabela abaixo apresenta os resultados da regressão de MQO para o logaritmo da renda *per capita*. O objetivo era avaliar o efeito do capital social sobre a renda das famílias diretamente. As variáveis teste e controle são as mesmas utilizadas no modelo de regressão logística.

Resultado do modelo de regressão de MQO			
Variáveis	B	Sig.	%
Índice CS	0,003	0	0,3
Idade do chefe	0,031	0	3,1
Idade2	0,00	0,002	0,00
Escolaridade do chefe	0,039	0	3,9
Gênero do chefe	0,001	0,982	13,2
Trabalha	0,254	0	25,4
Aposentadoria/Benefício	0,265	0	26,5
Constante	3,445	0	
R2		0,33	
R2 Ajustado		0,316	
N		409	

Fonte: Pesquisa Pobreza e Desigualdade no Jardim Teresópolis – 2006. Dados trabalhados pelos autores.

Os resultados da regressão de MQO confirmam a idéia apresentada acima. Se por um lado o capital social tem grande influencia na possibilidade da superação da linha de pobreza, por outro, esta superação se dá de forma marginal. 1 ponto a mais no Índice de Capital Social aumenta em 0,3% a renda total da família. Numa comunidade em que a média da renda *per capita* domiciliar é de R\$243,48 e que 72,4% das famílias tem renda per capita de até 2 vezes a linha de pobreza do PBF (R\$240,00), este aumento, embora muito significativo para as famílias no que se refere ao consumo, pode ser considerado pouco expressivo em termos de mobilidade social.

DISCUSSÃO

Este trabalho buscou analisar a relação existente entre capital social e pobreza num território de alta vulnerabilidade social, o bairro jardim Teresópolis, em Betim,

Região Metropolitana de Belo Horizonte - MG, a partir de análise estatística com dados de um *survey* realizado na região em 2006. Embora tenha utilizado as famílias como unidade de análise, a perspectiva de capital social de Coleman permitiu observar o contexto imediato em que se encontravam inseridas, sem tratar o capital social como propriedade individual. Em outras palavras, mostramos que as relações sociais nesse contexto podem ser identificadas a partir de como os indivíduos as percebem, sem incorrerem em uma análise demasiado micro dos fenômenos sociais em que as ações individuais são vistas como fruto de um cálculo estratégico visando otimizar meios e fins. Atestamos, assim, a importância de se abordar os fenômenos sociais a partir de uma perspectiva relacional, evitando tratar os indivíduos como seres atomizados, como bem apontou Granovetter.

E em que medida os resultados acima podem trazer uma contribuição para a reflexão sobre o estudo de políticas de renda mínima e, mais especificamente, do Programa Bolsa Família? Em primeiro lugar, a influência das redes sociais na superação das condições de pobreza atesta a relevância de se adotar uma perspectiva relacional do fenômeno. Em outras palavras, a condição de pobreza também deve ser vista sob a ótica das relações sociais e de como estas podem influenciar o acesso a recursos diversos, por um lado, e de como famílias que se encontram abaixo da LP tendem a estar imersas em redes menos densas e por isso se tornam mais propensas a um processo de exclusão social, por outro. Como bem aponta Marques (2007)

O acesso dos indivíduos às estruturas de oportunidades que conduzem às condições sociais em geral, e às situações de pobreza em particular, é mediado pelos padrões de relação que esses indivíduos têm com outros indivíduos e com organizações de variados tipos. (Marques, 2007, p. 36).

Os sociogramas abaixo apresentam simulações de uma família imersa em contextos de alto capital social (Sociograma 1) e de outra imersa em contexto de baixo capital social (Sociograma 2).

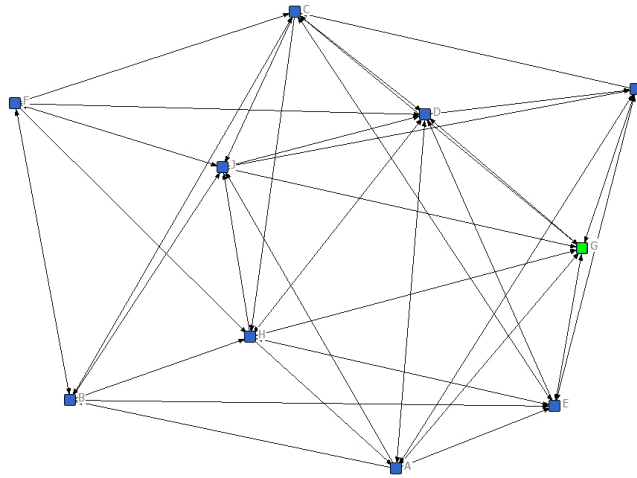


FIGURA 1: Sociograma de contexto de alto capital social no interior do Jardim Teresópolis

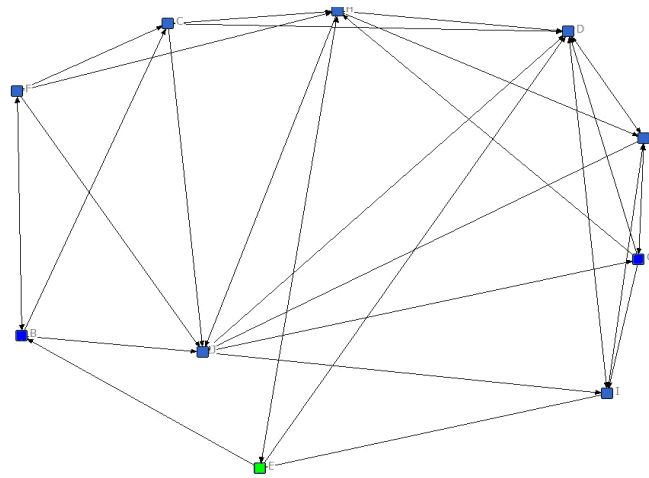


FIGURA 2: Sociograma de contexto de baixo capital social no interior do jardim Teresópolis

Podemos dizer que a família “G”, em função da disponibilidade de recursos que fluem ao longo da rede em que se encontra inserida (contexto de alto capital social) tem acesso a condições de vida menos desfavoráveis, estando acima da LP. Já a família “E”, imersa em uma rede com poucos contatos e de baixa densidade (contexto de baixo

capital social), não tem à sua disposição recursos que poderiam ter as relações sociais como origem.

Outro aspecto que diz respeito ao Programa Bolsa Família em si, mas que se encontra diretamente relacionado ao ponto acima, é o fato de que o programa parece atender justamente aqueles imersos em contextos de baixo capital social. Nesse sentido, como bem apontaram Sachs e Lages (2001), embora devamos tomar cuidado para não tratar o capital social como uma “quase-ideologia do desenvolvimento”, sugere-se que o desenho institucional do programa poderia enfatizar programas complementares de potencialização de redes sociais. Não estamos adotando aqui uma perspectiva – ingênua, na nossa opinião – de que é como se fosse possível “dar uma injeção de capital social” em determinadas comunidades. Antes disso, pensamos que há formas de se incentivar o desenho de ambientes e situações propícias à criação e manutenção de solidariedade social, no sentido durkheimiano do termo, que possibilitaria a formação de coletividades mais coesas, inibindo as chances de um processo de exclusão social.

Outro apontamento se refere à natureza dos laços sociais. Embora neste trabalho tenhamos trabalhado as redes sociais do ponto de vista dos “laços fortes” no interior de uma comunidade – mensurados a partir da frequência de contato, confiança mútua e reciprocidade – é de fundamental importância que se pense também de que forma as redes sociais vista sob a ótica dos “laços fracos” (Granovetter, 2000) – ou pontes – se relaciona com o tema das políticas de renda mínima.

Bibliografia:

BRONZO, C. Programas de proteção social e superação da pobreza: concepções e estratégias de intervenção. FAFICH/UFMG - 2005

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. 4ª ed. RJ: Editora Vozes, 1998.

COLEMAN, J. Foundations of social theory. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

FIALHO, F. M. “Capital Social: usos e definições do conceito nas Ciências Sociais”. Revista Três Pontos, 1.0, p. 31-35. Bel Horizonte, 2004.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – Pesquisa Pobreza e Desigualdade no Jardim Teresópolis – Relatório de Pesquisa, 2006.

GOMÁ, R. Processos de exclusão e políticas de inclusão social: algumas reflexões conceituais. In; Bronzo, Carla; Costa, Bruno *Gestão Social, o que há de novo?* Belo Horizonte, 2004

GRANOVETTER, M. S. Ação Econômica e Estrutura Social: o problema da imersão. *Revista de Administração de Empresas Eletrônica*, São Paulo, v. 6, n. 1, art. 5, jan./jun. 2007.

_____ La fuerza de los vínculos débiles. *Política y sociedad*, p. 41-56. Tradução de Maria Angeles Verdasco. Madrid, 2000.

HIGGINS, S. S. Fundamentos teóricos do capital social. Argos, Chapecó, 2005.

MARQUES, E. *Redes Sociais, segregação e pobreza em São Paulo*. Tese de Livre Docência, USP. 2007

PAUGAM, S. *Desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza*. SP: Cortez, 2003

PORTES, A. Capital Social: Origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas*, número 33, p. 133-158. Tradução de Frederico Ágoas. Lisboa, 2000.

PRATES, A. A. P. et al. Capital Social e Laços Fracos: Influencia no acesso a benefícios em comunidades carentes de Belo Horioznte. Relatório de Pesquisa. UFMG/FAFICH, Belo Horioznte, 2008.

PUTNAM, R. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

ROCHA, S. Renda e Pobreza – Medidas per capita versus adulto-equivalente. Rio de Janeiro: IPEA, Nov. 1998 (Texto para Discussão, 609).

SACHS, I; LAGES, V. N. Capital Social e desenvolvimento: novidade para quem? IN: CONFERENCIA REGIONAL SOBRE CAPITAL SOCIAL E POBREZA. 2001. Anais... Santiago, Chile: CEPAL; Univeridad del estado de Michigan, 2001.

